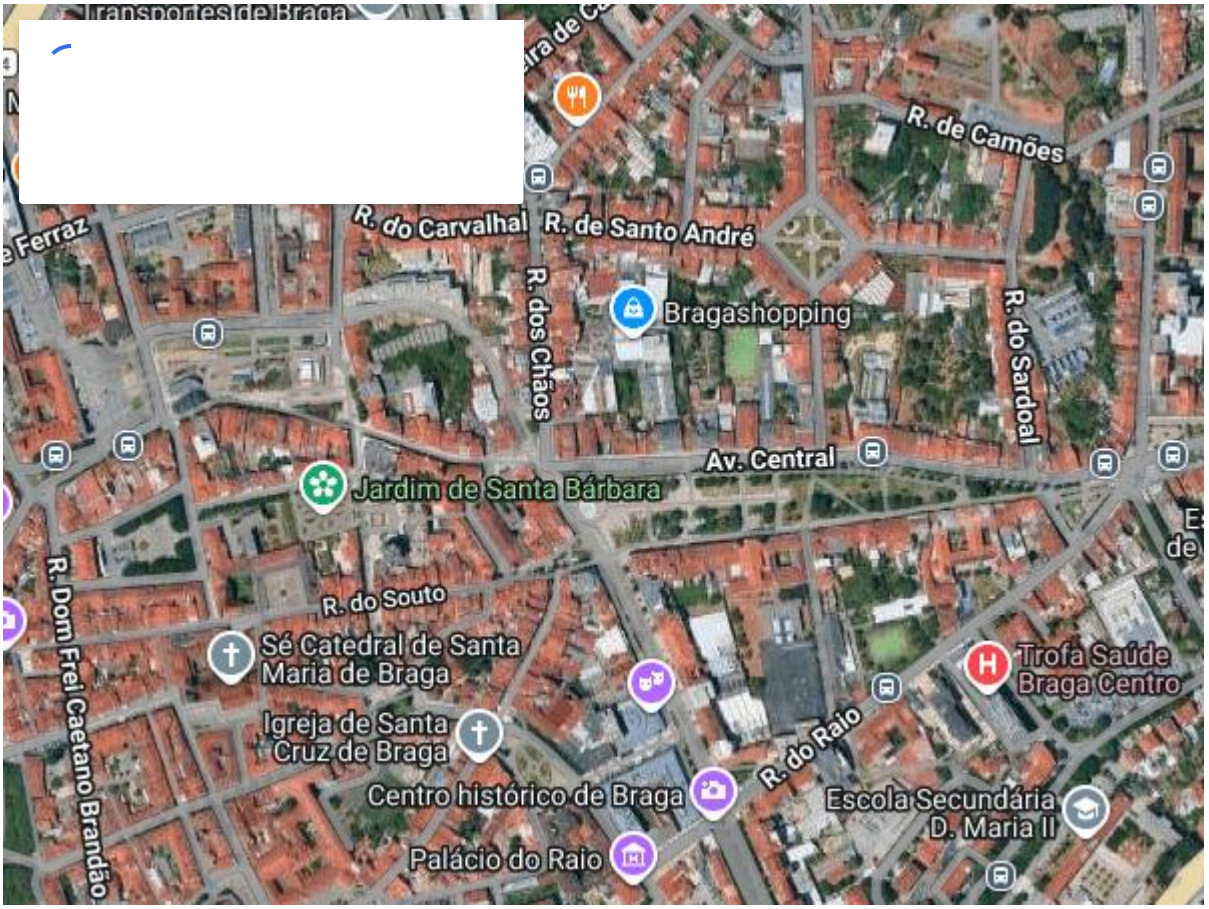
Processos em Guimarães, Famalicão e Barcelos com um advogado penal sediado em Braga Nem todos os processos-crime do distrito correm na cidade de Braga. A organização judiciária portuguesa distribui os processos por juízos instalados em várias localidades, e um caso pode ser julgado em Guimarães, em Vila Nova de Famalicão, em Barcelos ou noutra sede, consoante o local onde os factos aconteceram e o tipo de processo. Para quem vive no distrito, surge muitas vezes a dúvida: posso ter um advogado penal em Braga se o meu processo corre noutra cidade? A resposta é sim, e há boas razões para isso. A Comarca de Braga abrange o distrito e organiza-se em juízos com sede em diferentes localidades. Isto significa que os procedimentos, as regras processuais e o funcionamento dos serviços do Ministério Público são, no essencial, os mesmos em todo o território. O que muda são as instalações, os magistrados e, por vezes, o ritmo de cada juízo. Um advogado que conhece o funcionamento da comarca sabe adaptar-se a cada sede sem que o cliente tenha de procurar alguém diferente para cada cidade. Também a investigação segue esta lógica territorial. Em Guimarães e em Famalicão, por exemplo, muitas ocorrências urbanas são tratadas pela PSP, através do Comando Distrital de Braga. Em zonas mais rurais do distrito, como Amares, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso ou Terras de Bouro, a https://lanehneb522.unionquill.com/posts/suspensao-provisoria-do-processo-uma-alternativa-explicada-pelo-advogado-penal-em-braga GNR assume esse papel, através do Comando Territorial de Braga. Crimes mais complexos, em qualquer ponto do distrito, podem ser investigados pela Polícia Judiciária. Um advogado penal acompanha estes contactos independentemente da localidade.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Para o cliente, as vantagens práticas são várias. Pode reunir-se com o advogado no centro de Braga, num local central e bem servido de transportes, ou fazê-lo por videochamada, sem se deslocar. O advogado desloca-se ao tribunal onde o processo corre para as diligências que exigem presença, como interrogatórios, debates instrutórios ou audiências de julgamento. E quando há processos relacionados em diferentes sedes, por exemplo uma queixa em Barcelos e outra em Braga, ter um único advogado a coordenar facilita a visão de conjunto. A QUOR Advogados tem escritório em Braga, na Praça da República, e também em Esposende e no Porto, o que reforça a presença no Minho e no Norte. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e o acompanhamento é feito sempre pelo mesmo profissional, do início ao fim do processo, com orçamento claro antes de avançar. Se tem um processo em Guimarães, Famalicão, Barcelos ou noutro ponto do distrito, marque uma consulta inicial de 70€, presencial em Braga ou online por videochamada. Ligue para o +351 939 709 888.



888 FAQ: Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.